

DE INSTITUTIONE GRAMMATICA LIBRI TRES (1572) DE MANUEL ÁLVARES (1526-1583)

Gonçalo Fernandes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
gf@utad.pt

RESUMO

Manuel Álvares (1526-1583), “um dos mais notáveis humanistas portugueses e um dos mais célebres autores didáticos de todo o mundo e de todos os tempos” (Almeida 1968: 504), publicou, em 1572, a *De Institutione Grammatica Libri Tres*, “uma das melhores (...) gramáticas latinas até hoje escritas em Portugal, émula condigna das mais conceituadas gramáticas humanísticas estrangeiras” (Torres 1998: 100), constituída por três livros: *De Etymologia*, *De Syntaxi* e *De Prosodia*, com cerca de 600 edições em todo o mundo. Foi escrita em Latim, a língua de comunicação entre os humanistas, e serviu de instrumento pedagógico nos colégios jesuítas de todo o mundo, mas não é claro que Álvares defendesse o uso do Latim como meio pedagógico nas classes iniciais, uma vez que, em alguns casos, apresenta exemplos em Português. A *De Institutione* alvaresiana tem duas características distintas, é descritiva e racional, e sistematiza a (quase) globalidade das questões linguísticas das três áreas (etimologia/morfologia, sintaxe e prosódia), com referência a exceções e a ocorrências menos frequentes nos autores clássicos.

1. VIDA E OBRA

Manuel Álvares nasceu na Ribeira Brava, no arquipélago da Madeira, em 1526, e era filho de Sebastião Gonçalves e de Beatriz Álvares. A Companhia de Jesus, porém, só fundou um colégio no Funchal em 1569, mas Manuel Álvares tomara conhecimento da Companhia em 1545, com dezanove anos de idade, tendo entrado no Colégio de Coimbra em 4 de Junho do ano seguinte, em 1546, onde estudou Latim, Grego, Hebraico e Filosofia. Sete anos mais tarde, já leccionava nas escolas públicas do Colégio de Santo Antão, em Lisboa.

Depois de o Colégio das Artes, em Coimbra, passar para administração dos jesuítas, em Setembro de 1555, houve necessidade de reformular os *curricula* e melhorar o corpo docente. Nomearam então professores dos colégios de Lisboa e Évora, que estavam também sob administração da Companhia de Jesus. Entre esses, destacam-se, na secção de Humanidades, Cipriano Suárez, Pedro Perpinhão e Manuel Álvares, “mestre afamado e um dos membros de maior prestígio da Companhia” (Costa 1972: XII).

A fama deste madeirense correu fronteiras, de modo que o Geral da Companhia de Jesus, primeiro, Diogo Lainez, e Francisco Borja, depois, o encarre-

gou de compor uma gramática latina, em 1566, para ser adoptada em todas as escolas da Companhia. Seis anos mais tarde, em 1572, saía dos prelos de João Barreira, tipografia régia, a obra intitulada *De Institutione Grammatica Libri Tres*, constituída pelos livros: *De Etymologia*, *De Syntaxi* e *De Prosodia*. Springhetti e Sommervogel registam mais de 530 edições em todo o mundo, incluindo, fora da Europa, Japão, China e México. Costa Ramalho, todavia, refere ter sido “impressa em todo o mundo cerca de 600 vezes, desde a sua publicação original” (Ramalho 1998: 294). No entanto, só as edições de 1572 (Lisboa), de 1575 (Veneza), 1578 (Lisboa), 1581 (Veneza) e 1583 (Évora) foram revistas pelo próprio autor. As edições seguintes têm por base *mutatis mutandis* a edição de Roma de 1584, revista e corrigida por uma comissão de jesuítas (Bowen 1986: 575), já depois da sua morte.

Amadeu Torres considera esta obra como “uma das melhores (...) gramáticas latinas até hoje escritas em Portugal, émula condigna das mais conceituadas gramáticas humanísticas estrangeiras” (Torres 1998: 100) e Rogelio Romeo conclui a sua tese de doutoramento referindo:

Sea como fuere, los *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Álvares corrieron la misma suerte en las escuelas católicas que la gramática de Felipe Melancthon — *praeceptor Germaniae* — o la de Tomás Linacro en los centros educativos reformistas. Que haya llegado hasta nosotros a través de innumerables ediciones, envuelta en la polémica, en la que a veces era víctima involuntaria de otras querellas mayores extralingüísticas o extrapedagógicas, indica a las claras que estamos ante una obra no sólo patrimonio de la cultura portuguesa sino también de la *republica litteraria* (Romeo 2000: CLXXXI).

Álvares, no prefácio, assenta a sua autoridade linguística em gramáticos de renome universal: Varrão, Quintiliano, Aulo Gélio, Probo, Diomedes, Focas, Donato e Prisciano. “Dos gramáticos mais recentes ou contemporâneos não indica nenhum, informando porém haver manuseado aqueles que julgou profícuos ao seu intento” (Torres 1998: 93). No entanto, Álvares terá consultado muitos outros autores, quer antigos, quer humanistas, como, por exemplo, Lourenço Valla, Tomás Linacro, Estêvão Cavaleiro, Máximo de Sousa, Nicolau Clenardo e Jerónimo Cardoso, e citado os escritores mais bem conceituados de Roma, como Ênio, Plauto, Salústio, Ovídio, Catulo, Valério Máximo, Séneca, Suetónio, Juvenal, Marcial, Pompónio Mela, Cícero e, entre outros, S. Gregório Nazianzeno. Dentre os gregos, refere Homero, Hesíodo, Platão, Aristóteles, Teócrito e Estrabão. Para o mesmo linguista, Álvares parece ter-se inspirado mais em Nebrija e em Despautério (Torres 1998: 93-95).

Em 1573, Manuel Álvares é nomeado reitor do Colégio do Espírito Santo, em Évora, e da universidade daquela cidade alentejana. Contudo, também é dado como vice-reitor do Colégio de Santo Antão em 1575.

O jesuíta da Ribeira Brava viria a falecer precocemente alguns onze anos mais tarde, a 30 de Dezembro de 1583, naquele colégio eborense, com apenas

57 anos de idade, e o seu corpo foi sepultado numa das cinco capelas da igreja da universidade alentejana.

2. A POLÉMICA E O MÉTODO ALVARESIANOS

Quase duzentos anos após a publicação da *De Institutione Grammatica Libri Tres*, iniciou-se uma acesa polémica contra a gramática de Manuel Álvares, quando, na verdade, o objectivo primordial seria contestar os métodos de ensino-aprendizagem do Latim dos jesuítas de então. Um dos protagonistas dessa polémica e um dos mais acérrimos defensores do “novo” método foi o também notável latinista e oratoriano António Pereira de Figueiredo. A contestação prendia-se fundamentalmente ao nível da didáctica do Latim e da teorização científica, embora houvesse uma vertente política indesmentível, pois a proibição do ensino pelo método alvaresiano “constituiu um corte profundo na escola jesuítica, atingindo um dos símbolos mais representativos do horizonte cultural português” (Assunção 1997: 105-106).

A gramática alvaresiana foi redigida em Latim e parece-nos haver três razões fundamentais para o madeirense ter optado por essa língua. A primeira — e talvez a mais importante — parece ser a internacionalização da sua gramática, visto que se destinava a todos os colégios e universidades da Companhia de Jesus, independentemente do país onde estes se encontrassem, como ficou patente a partir do pedido para a sua feitura e, posteriormente, quando a *Ratio Studiorum* de 1599 a transformou na gramática oficial das escolas jesuítas. A segunda razão está intimamente relacionada com a primeira, pois, para o Madeirense, o Latim era uma língua viva, de comunicação, ao contrário do que, alguns anos mais tarde, pensava o Brocense (1587) e o transmontano Roboredo (1619). Com efeito,

Álvares tiene presente en todo momento que el objetivo del conocimiento lingüístico es el desarrollo de la expresión oral y escrita por parte del alumno, esto es, se propone la enseñanza del latín como una lengua viva. Pero dicho planteamiento supera a la gramática, dado que el jesuita madeirense, nada más iniciar la obra, advierte que desde un primer momento se corrijan los errores, en lo que toca a la pronunciación latina, del alumnado, el origen de cuyos males se debe el empleo de numerosos sonidos de su lengua materna (Romeo 2000: XLIV).

É logo na introdução às declinações nominais que Álvares demonstra especificamente essa sua preocupação:

Dabit in primis operam praeceptor ut discipuli etiam nunc tyrones et Latinae linguae rudes iam inde a principio optimae pronuntiationi assuescant: quod ut facilius assequantur, studiose diligenterque observabit quibus praecipue vitiis laboret ea regio in qua sibi commissam iuventutem instituet, nam singulis fere nationibus domestica, quaedam ac nativa insunt vitia, quibus Latini sermonis splendor obscurator atque pene obruitur. Nostrates pueri si magistrum diligentem

ac bene pronuntiandi studiosum nacti fuerint, non male equidem pronuntiant (Álvares 1572: 1 r.).

A terceira razão é a defesa que faz do método de ensino-aprendizagem do Latim através do Latim, isto é, a metalíngua e a L₂ seriam a mesma língua, independentemente das L₁ dos estudantes / interlocutores, ainda que também se possa inferir que os destinatários da sua gramática seriam também os professores (e não exclusivamente os alunos), sendo tarefa daqueles seleccionar os módulos a ensinar conforme o grau / nível de aprendizagem dos mesmos. Esta tese não é totalmente aceite pelos especialistas, uma vez que há passagens na sua obra em que defende a utilização das línguas vernáculas no início da aprendizagem daquela língua clássica.

A polémica alvaresiana iria centrar-se fundamentalmente nesta questão expositivo-metodológica, devido a os alunos (e mesmo os professores) desconhecerem essa língua românica e a ignorância parece ter sido tanta que (quase) ninguém a falava já com perfeição. Ora, se assim acontecia, os alunos não podiam entender o que lá estava escrito.

Die Grammatik von Manuel Alvares in ihrer Funktion als Lateinlehrbuch der Jesuiten wurde besonders deshalb kritisiert weil die Muttersprache beim Erlernen des Lateinischen weitgehend ausgeklammert blieb. Die Schüler lernten, so der Vorwurf, lateinische Regeln auswendig, ohne ihre Bedeutung zu verstehen (Schäfer 1993: 284).

Esta crítica foi inicialmente formulada por Roboredo e, no século seguinte, corroborada, por exemplo, por Verney e Pereira de Figueiredo. Roboredo, no entanto, é quem, de certo modo, inicia esta polémica, ainda no primeiro quartel do século XVII, ao afirmar, por exemplo, que

esta [*Grammatica Latina Mais Breve*] he a Grammatica, ã no prologo da geeral toquei, e V.M. desejou pera os aprẽdizes. Per novo estylo comprẽde tudo o a elles pertẽcente, ã se acha na de Manoel Alvarez, e Nibrissense reformada, praticadas neste reino, e no de Castella; e se acharão outras cousas, não menos necessarias, que proveitosas. E posto que aprendi pela primeira, nenhũa cousa tirei desse estylo, e da segunda, pouco, e menos de outras muitas, ã revolvi; porque, ainda que a materia se ache nellas espalhada, deilhe agora nova forma (Roboredo 1625: 1).

Também no Prólogo do *Methodo Grammatical*, Roboredo se refere às críticas que a sua gramática anterior [*Verdadeira Grammatica Latina*] tinha provocado nos seus detractores:

Participou este Methodo o aborrecimento do outro tambem apressado dirigido sô aa Latina, em que não fiz mais que provar a pena, & juntamente as mordeduras. Porque lhe chamárom confuso, deminuto, instavel; nem querião que se intitulasse verdadeiro, ainda que de sua verdade constasse (Roboredo 1619: a 2 r.).

E, quando se refere à *Verdadeira Grammatica* como a “primeira porta das letras”, está obviamente a criticar as intenções da obra alvaresiana em pretender ser iniciadora dos estudos linguísticos:

Como primeira porta das letras devia ser mais estimada; pois per porta cerrada, ou mal aberta não se entra bẽ. Cuido, q̃ para se mostrarẽ tão agudos Filosofos, como Grãmaticos disputão agora sera fattivel o q̃ se fez. Porq̃ pela regra dos seus Cõmüs de dous, Gerundios, Verbos Neutros, & regentes de Genitivo, Dativo, & Ablativo, intẽtarão provar, que não he de dia stando o Sol sobre a cabeça (Roboredo 1619: a 2 r.).

Assim, parece que Amaro de Roboredo, apesar de muitas vezes não ser totalmente claro e explícito, começou a polémica sobre /contra a gramática de Manuel Álvares, criticando a sua metodologia e, algumas vezes, mesmo o seu conteúdo (Romeo 2001: 324). Por esse modo, pode afirmar-se que o gramático transmontano seiscentista é o primeiro “sanchista”¹, na acepção que lhe foi dada por Francisco Sanches, pseudónimo usado por António Pereira de Figueiredo com que publicou, em 1754, o livro *Defensa do «Novo Methodo da Grammatica Latina» contra o «Antiprologo Critico», dividida em duas partes*.

Romeo, por seu lado, afirma que o que motivou o início desta polémica foi a corrente filosófica em voga, o experimentalismo, impulsionado por Bacon (Romeo 2000: XCVIII), mas Francis Bacon apenas publica o *Novum Organum* (1621) um ano depois do *Methodo Grammatical* (1619) de Roboredo e onze da *Arte de Grammatica* (1610) de Pedro Sanches.

Há, no entanto, ainda grandes defensores da metodologia alvaresiana. O jesuíta Emilio Springhetti, por exemplo, refere que o método do madeirense é insuperável a formar os melhores estudantes de Latim:

Non si può dire che la grammatica non abbia dati i suoi frutti di formazione umanistica: la Compagnia di Gesù, formata a questa scuola, ha formato tra i suoi membri e fuori di essa una schiera infinita di celebri umanisti, di scienziati che maneggiarono il latino con eleganza classica. L’esperienza di secoli ha dimostrato che il metodo alvaresiano è insuperabile nell’eficacia a formare eleganti latinisti (Springhetti 1961-62: 296).

Carlos Assunção defende que o Latim se deve ensinar em Latim ainda nos dias de hoje, como defendem os didactólogos no respeitante às línguas estrangeiras (L₂): “Qualquer bom pedagogo, hoje em dia, retrucar-lhe-ia que as línguas se devem aprender, desde o início, falando, escrevendo e lendo no respectivo idioma” (Assunção 1997: 15).

No entanto, parece-nos que Álvares tem sofrido, postumamente, alguma injustiça, porque, ao elaborar a sua gramática, pretendeu compendiar (todas)

¹ O adjectivo “sanchista” passou a significar método simplificado, renovador ou oratoriano, por oposição ao jesuítico, alvaresiano ou mercurista.

as ocorrências linguísticas, mas nunca referiu que os alunos as deviam conhecer na sua totalidade. Há, inclusivamente, uma passagem em que Álvares defende que os estudantes não se devem preocupar com a substância e os acidentes dos factos linguísticos, mas apenas com o conhecimento da sintaxe, e essa matéria deve ser da exclusiva “responsabilidade” dos especialistas / “dialécticos”: “Sint itaque contenti adolescentes syntaxeos cognitione: substantiam & accidens relinquāt dialecticis” (Álvares 1572: 113 r.).

Não obstante o facto de as lições serem dadas / lidas em Latim e não na língua materna dos estudantes, Rogélio Romeo contrapõe que Álvares admitia — e até defendia — o uso das línguas vernáculas, especialmente no início da aprendizagem da língua de Cícero:

No cabe duda de que el uso del vernáculo no sólo está ampliamente documentado en la obra gramatical de Álvares — sobre todo en el primer libro —, sino que éste ofrece pormenores acerca de la traducción idónea al portugués de numerosas oraciones latinas, de las formas verbales incluidas en los paradigmas, enumera las posibilidades de traducir a la lengua lusitana una determinada conjunción latina, etc. El padre madeirense va más allá. Lanza fuertes críticas a aquéllos que han vertido las conjugaciones de los verbos latinos del español al portugués con la consiguiente confusión de ambas lenguas y su perniciosa asimilación por parte de los alumnos: «Huius nisi fallor, detrimenti culpam sustinent, qui primum e Baetico in Lusitanum verborum declinationes converterunt, siquidem eas totidem fere verbis interpretati, utranque linguam permistam atque confusam ediscendam pueris proposuerunt, ad cuius regulam dum praeceptores (quid enim aliud agant?) themata in latinum convertenda dictare compelluntur, auctores enarrare atque ex iisdem locutiones depromere, fit ut tyrones, antequam latinam linguam degustare incipient, Lusitanam amittant» (Romeo 2000: XXXV).

Álvares apresenta, também, alguns exemplos, para si, bastante elucidativos e explica, *v.g.*, que

ey, ouve, ouvera, averey, aja, ouvesse, aver, voces sunt plane Lusitanae, quas tamen si cum participiis coniungas, nemo, qui modo germanus sit Lusitanus te audita: verbi causa, *Ei estado em Roma, ido a Roma, andado por Roma, tornado de Roma, Ei escrito muitas cartas, ei visto muytas cidades*, a Lusitanae linguae proprietate ac stylo alienissima sunt: quae tamen ratio loquendi apud Baeticos elegantissima est, neque mirum, illud enim fere omnibus linguis usu venit, ut multa quae in aliis eleganter & ornate dicuntur, barbaramente ac rustice in aliis dicantur, si totidem verbis transferantur (Álvares 1572: 11 v.).

No entanto, não nos parece que este facto prova que Álvares defendesse o uso da língua materna nas aulas de Latim, pois, nessa época, desde o período imediatamente anterior ao Renascimento, havia já uma grande tradição das

grammaticae proverbiandi, principalmente em França, Itália e Espanha, que eram um género de gramáticas escolares escritas preferencialmente em Latim, mas frases intercaladas em romance (Esparza & Calvo 1994: 39-64).

Relativamente à gramática em si, a *De Institutione* alvaresiana tinha, para alguns linguistas, duas características diferentes: por um lado, era descritiva e, por outro, racional.

En primer lugar, en efecto, el autor quería elaborar un *ars* sencilla, que proporcionara a los alumnos los conocimientos gramaticales básicos y necesarios para poder leer, escribir y comprender el latín correctamente. Desde esta perspectiva didáctica, el autor se esfuerza en que su obra sea, primeramente, un manual de gramática latina con preceptos fáciles y relativamente sistemáticos (Nuñez 1999: 237-238).

Obviamente que, na elaboração da gramática, Álvares tinha de ter em consideração que esta era uma didáctica específica, à qual ele estava condicionado, já que os seus destinatários iriam ser os alunos que estudavam nos colégios jesuíticos. Talvez por isso e porque gramáticos mais recentes, como Escalígero [*De causis linguae latinae* (1540)], Satúrnio [*Mercurius maior sive Grammaticae Institutiones* (1562)] e o Brocense [*Minerva seu de causis linguae latinae* (1587)], já haviam abandonado o puro descritivismo

en favor de la explicación racional de los hechos lingüísticos, rompiendo así con los manuales de los primeros humanistas y conectando sus doctrinas sintácticas con tratadistas antiguos como Apolonio Díscolo Y Prisciano (Nuñez 1999: 239)

é que Manuel Álvares atribuiu à sua gramática um cariz racional com múltiplas explicações linguísticas, ainda que sem grande originalidade, já que ele sustenta as suas teses em gramáticos anteriores. Álvares usa, em toda a gramática, o método dedutivo, expondo as suas teorias, “leis” ou “normas” em primeiro lugar, apresentando os exemplos a seguir, ainda que seleccionados dos melhores autores.

2. MORFOLOGIA

O primeiro livro, *De Etymologia* [pp. 1 r.-107 v.], da gramática de Álvares corresponde, *mutatis mutandis*, à actual morfologia, apresentando a natureza e os acidentes ou flexões das palavras e a sua formação. Aí o gramático mostra claramente as suas influências. Amadeu Torres refere que, embora, na sua perspectiva, tenha ultrapassado a ambos, lhe parece que Manuel Álvares se inspirou preferencialmente em Élio António de Nebrija e Despautério:

Os paradigmas das declinações e conjugações são os mesmos que os nebrissenses, salvo na quarta declinação do neutro, mas só reduzidamente concordam com os despauterianos; os rudimentos gramaticais das declinações misturam-se em Despautério, como aliás em Clenardo e Melanchton (...); em Despautério e Nebrija, e até em D. Máximo de

Sousa, a forma dialógica enxameia a parte morfológica definicional de perguntas e respostas, processo abolido por Álvares ao reduzi-lo à índole simplesmente narrativa (Torres 1998: 95-96).

Assim, os paradigmas das declinações dos nomes são os seguintes: 1ª declinação: *Musa*, -ae; 2ª declinação: *Dominus*, -i e *Templum*, -i; 3ª declinação: *Sermo*, -onis, *Parens*, -entis e *Tempus*, -oris; 4ª declinação: *Sensus*, -us e *genu*, -u; e 5ª declinação: *Dies*, -ei. Os paradigmas dos adjectivos são: *Bonus*, -a, -um, *Acer*, *acris*, *acre* e *Brevis*, -e. Quanto às conjugações dos verbos, os paradigmas são: *Amo*, *Doceo*, *Lego*, e *Audio*.

Simão Cardoso, no estudo sobre as *partes orationis*, encontra outras influências mais antigas, a saber, Aristarco, Diomedes e Donato², no número e respectivas designações, e, principalmente, Varrão, na justificação dos critérios apresentados (Cardoso 1998: 476-477), pois o gramático madeirense segue a já longa tradição grega de as dividir em oito partes, desde Dionísio da Trácia: nome, pronome, verbo, participio, preposição, advérbio, interjeição e conjunção³, das quais quatro são variáveis e outras tantas indeclináveis⁴. Álvares apresenta uma análise minuciosa de cada uma das *partes orationis*, seguindo sempre as perspectivas dos gramáticos anteriores mais conceituados e é, por exemplo, o último gramático latino a registar as conjunções expletivas (Fernandes 1996: 51-53), embora sem acrescentar quaisquer novidades à vasta tradição gramatical e sem lhes atribuir alguma importância na estruturação frásica a nível sintáctico, semântico e pragmático.

O nome é, para Álvares, “pars orationis, quae casus habet, neque tempora adsignificat, ut *Musa*, *Dominus*” (Álvares 1572: 48 r.), subdivido em cinco espécies: próprio, apelativo, colectivo, substantivo e adjectivo, sendo ainda divididos em múltiplas categorias.

O pronome “est, quod loco nominis positum, certam finitamque personam adsignificat” (*Ibidem*: 52 r.) e pode ser classificado como demonstrativo, relativo, possessivo e recíproco.

O verbo “est pars orationis, quae modos & tempora habet, neque in casus declinatur” (*Ibidem*: 53 r.) e pode ser analisado em dois géneros: pessoal (activo, passivo, neutro, comum e depoente) e impessoal (activo e passivo), mas acrescenta outras formas (“de variis verborum formis”), como os incoativos, perfeitos, meditativos, frequentativos e diminutivos.

O participio “est pars orationis, quae tum casus, tum tempora habet”

² “Nos octo iam olim a Diomede, Donato, aliusque viris doctis receptas amplexi sumus” (Álvares 1572: 47 v.).

³ “Partes orationis sunt octo, Nomen, Pronomen, Verbum, Participium, Praepositio, Adverbium, Interiectio, Coniunctio” (*Ibidem*).

⁴ “Harum quatuor, Nomen, Pronomen, Verbum, Participium declinantur: reliquae Praepositio, Adverbium, Interiectio, Coniunctio declinationis sunt expertes” (*Ibidem*).

(*Ibidem*: 56 v.), podendo ser de tempo presente, “in Ans, vel Ens”, pretérito, “in Tus, sus, xus”, e futuro, “in Rus, tum in Dus”.

A preposição “est pars orationis, quae caeteris partibus aut separata, aut cōiuncta fere praepositur” (*Ibidem*: 59 r.), podendo reger acusativo, ablativo, acusativo ou ablativo.

O advérbio “est pars orationis, quae vocibus addita, earum significationem explanat, ac definit: ut raro loquitur, bene peritus, vehemēter iratus, parum diligenter” (*Ibidem*: 59 v.), podendo não só modificar a significação dos verbos, “sed etiam participiis, nominibus” (*Ibidem*: 60 r.), não esquecendo que, para Álvares, o adjectivo, por exemplo, está integrado no nome. Dentre as várias significações possíveis do advérbio, Álvares apresenta 25 espécies, das quais se destacam as duas primeiras: “optandi, ut utinam, o utinam, o si. Vocandi, ut ô, heus, eho” (*Ibidem*: 59 v.).

A interjeição “est pars orationis, quae varios animi affectus indicat” (*Ibidem*: 60 r.) e tem várias formas e significações, das quais Álvares destaca vinte.

Por último, a conjunção é, para Álvares, “pars orationis annectens, ordināsque sententiam” (*Ibidem*: 60 v.), que podem ser classificadas como copulativas, disjuntivas, adversativas (condicionais?), colectivas ou ilativas ou racionais (conclusivas?), causais e expletivas.

3. SINTAXE

Relativamente à sintaxe (“*De octo partium orationis constructione*”), que constitui o *Liber II* [108 r.-196 v.], Manuel Álvares segue o descritivismo e o método dedutivo já empregue na morfologia. Primeiro, expõe os preceitos de forma simplificada e, depois, aparecem explicações mais extensas, chegando estas a ocupar muito mais espaço que a “doutrina”. Álvares tenta encontrar um meio termo entre a *ratio* e o *usus*, servindo-se da *auctoritas* dos melhores autores latinos: “Porro recta compositio ea censenda est, qua usi sunt autores qui pure et emendate scripserunt” (*Ibidem*: 108 r.).

Começa por definir sintaxe ou “construção” como a correcta interligação das partes do discurso: “Syntaxis Graece, Latine constructio est recta partium orationis inter se compositio” (*Ibidem*), retomando a definição de Tomás Linacro (1460-1524), publicada em 1524 no livro *De emendata structura latini sermonis*. O objecto de estudo da sintaxe é a oração, que ele classifica de transitivas e intransitivas, podendo estas ser justas (*constructio iusta*) ou figuradas (*constructio figurata*). Assim, o jesuíta madeirense quinhentista “divide-a [sintaxe] em intransitiva, transitiva e figurada” (Torres 1998: 96).

A oração justa ou intransitiva, segundo Álvares, dá-se quando a sua realização está perfeitamente acabada, sem que nada lhe falte ou sobre. A oração é figurada quando é necessário alterar ou acrescentar alguma parte do discurso, para esta ficar com o sentido completo. Esta perspectiva, que nada mais parece ser do que a teorização da elipse sistematizada por Francisco Sánchez

de las Brozas, foi extraída por Manuel Álvares do livro já citado de Linacro (1460-1524):

Sunt ergo constructionis duo prima genera. Alterum, cui nec deest quippiam, nec redundant, nec loco suo abest, nec immutatur, quod non immerito 'iustum' appelletur. Alterum contra, cui deest aliquid, vel redundat, vel loco suo abest, vel immutatur, non tamen sine summorum in romana lingua uirorum exemplo, quod 'figuratum' dici potest" Linacro (citado por Nuñez 1999: 243).

A primeira parte do livro II é toda ela dedicada aos verbos intransitivos, que ele denomina "de constructione intransitiva" (Álvares 1572: 108 r.-125 r.), a segunda, aos verbos transitivos, "de constructione transitiva verbi" (*Ibidem*: 125 r.-134 v.), a terceira, aos verbos activos, "de constructione verbi activi" (*Ibidem*: 134 v.-156 r.), a quarta, aos verbos infinitos, "de constructione verbi infiniti" (*Ibidem*: 156 r.-169 r.), a quinta, aos pronomes, "constructio transitiva pronominis" (*Ibidem*: 169 r.-174 v.), a sexta, às preposições, "praepositionum constructio" (*Ibidem*: 174 v.-177 v.), a sétima, aos advérbios, "constructio adverbii" (*Ibidem*: 177 v.-183 r.), a oitava, às interjeições, "interjectionis constructio" (*Ibidem*: 183 r.-183 v.), a nona, às conjunções, "conjunctionis constructio" (*Ibidem*: 183 v.-186 r.) e, por último, a décima é dedicada à sintaxe figurada, "de figurata constructione" (*Ibidem*: 186 r.-196 r.).

Para Manuel Álvares, só há duas classes de verbos — transitivos e intransitivos —, não sendo possível a existência de verbos impessoais, copulativos, locativos, entre outros, e daí haver apenas orações transitivas e intransitivas. O verbo intransitivo é aquele cuja realização sintáctica só precisa de um nome em nominativo, podendo acrescentar-lhe um outro nome também em nominativo. Todos os restantes verbos são transitivos, quer sejam activos, passivos ou neutros. Um verbo é activo quando precisa de um complemento directo (em acusativo); é passivo quando a sua força transitiva é veiculada pela preposição *a* ou *ab* (em ablativo); e é neutro quando essa força transitiva é trasladada pelos restantes casos oblíquos (genitivo, dativo e ablativo, mas com outras preposições ou sem elas:

Quod vero ad constructionem attinet, duplex est verbum: alterum intransitivum, quod post se aut nullum casum habet, ut venio, redeo, aut similem praecedenti (...); alterum transitivum, quod in casum diversum a precedente transit. Hoc in activum, passivum et neutrum partitur. Activum verbum est quod post se accusativum postulat, cujuscumque sit positionis, ut laudo, facio (...) libenter hoc genus verborum, si per grammaticos liceret, accusativum appellarim (...). Passivum est quod in ablativum transit cum praepositione *a* vel *ab*, ut laudor a te (...). Neutrum, quod transit in genitivum, dativum vel avlativum casum, ut egeo tui, opitulor tibi, fungor meo munere (*Ibidem*: 125 v.-126 r.).

Para Álvares, como vimos, não existem verbos impessoais, porque a oração exige sempre um substantivo, sem o qual não há oração. Quando acontece o contrário, pressupõe-se a existência de um nominativo elidido:

Etsi verba, quae impersonalia vocantur, fere antecedit nominandi casus aperte vel occulte, ut suis locis planum faciemus, satius tamen visum est a vulgari et communi praeceptione non discedere atque in re non ita magni momenti convivere, quam stomachum iis movere, in quorum animis vetus opinio iam olim penitus insedisset (*Ibidem*: 108 v.).

Assim, para Manuel Álvares, a forma mais simples de uma frase é a oração “justa” e “intransitiva”, constituída apenas por um nome em nominativo e o verbo intransitivo. O princípio que defende é que não pode haver oração apenas com um verbo. É sempre necessária a presença de um nome, quer este se encontre expresso ou elidido.

Esta teorização é muito interessante e pode ter actualmente grandes defensores na semântica generativa, já que pressupõe a feitura de uma análise semântica da frase e não apenas sintáctica. Por exemplo, as frases: “Tu me laudas” e “Ego a te laudor”, sintacticamente diferentes, podem ambas ser consideradas transitivas, já que os sintagmas “tu” e “a te” desempenham a mesma função semântica, são os agentes da acção, podendo ser classificados como o agentivo da frase, assim como “me” e “ego”, que são semanticamente o caso objectivo.

A construção figurada estuda a estilística da frase, que, para Manuel Álvares, deve possuir três virtudes fundamentais, “ut Emendata, ut Dilucida, ut Ornata” (*Ibidem*: 186 r.). Se a frase não for “emendata” (pura), pode ter um de dois vícios, que tornam a oração “barbara”: solecismo “constructionis atque Emendatae orationis, de qua hactenus egimus, hostis infestissimus, est vitiosa partium orationis compositio” (*Ibidem*: 186 v.), e barbarismo, que “est dictio aut omnino barbara: aut latina quidem sed vitiosa, scripto, vel pronunciatione” (*Ibidem*: 192 r.).

O solecismo pode ser provocado, segundo Álvares, por quatro fenómenos: “adjectione”, “detractione”, “transmutatione” e “immutatione”. Deste modo, Álvares analisa as seguintes figuras: enálage, que “figura est cum pars una orationis pro alia ponitur” (*Ibidem*: 187 r.), elipse, que “figura est cum id, quod in oratione deest, foris omnino petendum est” (*Ibidem*: 188 r.), zeugma, que “figura est, cum id, quod in oratione desideratur, e proximo assumitur, manente eodem genere, numero, casu, caeterisque attributis” (*Ibidem*: 189 r.-189 v.), silepse, que “est, cum id quod in oratione deest, e proximo assumitur, mutato tamen genere, aut numero, aut casu, aut aliquo e caeteriis accidentibus” (*Ibidem*: 189 v.), prolepse, que “est, cum dictio aliqua totum significans praecessit, quae rursus in partibus intelligitur, neque explicatur” (*Ibidem*: 191 r.), arcaísmo “constructio est, qua prisca vetustas potissimum usa fuit” (*Ibidem*) e helenismo, que “est constructio, quae Graeci sermonis leges non Latini observat” (*Ibidem*: 191 v.). O barbarismo pode ser o uso indevido, por exemplo, do género, do

número, da declinação e da conjugação, ou a simplificação (diminuição) do número de sílabas de uma palavra ou o aumento das mesmas, por hiato, por exemplo, ou ainda a troca (assimilação?) de uma “littera”.

Por outro lado, o oposto de uma frase “dilucida” (clara) é a obscura, que pode ser motivada pela “ambiguitas” ou “amphibolia”, causada pela alteração “correcta” da ordem natural da frase. “Namque pila ludere inimicum est lippis, & crudis, quod vitium Synchronismus, vel Hyperbaton obscurū, hoc est, confusa ac perturbata verborum transgressio vocatur. Si haec vitia vitabimus, dilucida erit oratio” (*Ibidem*: 194 v.). O inimigo, porém, da frase “ornata” (elegante) é a “inornata”, cujos “vitia” são, para Manuel Álvares, o cacófato, que “est obscocenum dictum, sive id uno verbo, sive pluribus, sive deformi literarum concursu fiat” (*Ibidem*: 195 v.), a tapinose, que “est qua rei magnitudo vel dignitas minuitur” (*Ibidem*), a tautologia, que “est eiusdem verbi, aut sermonis iteratio” (*Ibidem*), a “vitanda”, que “est & nimia eiusdē literae assiduitas” (*Ibidem*), a macrologia, que “est longior quam oporteat sermo” (*Ibidem*), e o pleonismo, que “est vitium cum supervacuis verbis oneratur oratio” (*Ibidem*).

4. PROSÓDIA

No III e último livro [196 v.-245 v.], Manuel Álvares trata a Prosódia latina, começando pela “de syllabarum dimensione” (*Ibidem*: 194 v.-210 r.), passando pela “de incremento singulari nominis” (*Ibidem*: 210 r.-214 v.), “de verborum incremento” (*Ibidem*: 214 v.-217 v.), “de ultimis syllabis” (*Ibidem*: 218 r.-236 v.), “de caesura” (*Ibidem*: 237 r.-238 v.), terminando na “de verbis poeticis” (*Ibidem*: 238 v.-242 v.), e na “de prosodia” ou “de accentu” (*Ibidem*: 243 r.-245 v.), onde analisa o alfabeto latino, as vogais, as consoantes, os ditongos, a quantidade (breves e longas) das sílabas, por natureza e advindas do co(n)texto linguístico, das partes do discurso, dos pés métricos da poesia latina e das licenças poéticas, como a sinérese, sinalefa, diérese ou diálise, sístole, diástole ou “ectasis”, dos versos latinos, especialmente do “carmen hexametrum sive heroicum” e do “pentametrum carmen”, e das cesuras, principalmente das pentemímera, trocaica, heptemímera, bucólica ou tetrapodia.

Manuel Álvares ainda se refere aos metaplasmos – anteriormente chamados barbarismos para o uso corrente da língua –, isto é, as “figuras” que, por necessidade métrica ou na busca de uma maior elegância, permitem ao poeta “abusar” de construções tidas, normalmente, como incorrectas: “metaplasmus vero dicitur, quod vetus verborum forma, vel necessitate metri, vel ornandi poëmatis causa, a poëtis in novam figuram, faciemque sermonis mutetur” (*Ibidem*: 242 r.). Álvares refere especificamente neste campo a prótese, epêntese, paragoge, aférese, síncope, apócope, antítese e metátese, repetindo a sinalefa, a epissinalefa, diérese, eclipse, sístole e diástole como “etiam Metaplasmi species”.

O penúltimo capítulo é dedicado ao acento latino, que Álvares classifica como Agudo, Grave e Circunflexo, e só podem estar nas duas sílabas anterio-

res à última, isto é, “acutus in penultima, vel antepenultima locum habet: Circumflexus in penultima tantum: Gravis ubi uterque abest” (*Ibidem*: 243 r.). E o último à acentuação de palavras gregas, “de Graecis verbis”.

5. CONCLUSÃO

Em conclusão, apesar de Manuel Álvares não nos parecer ter inventado nenhuma teoria linguística e de a maioria das suas reflexões gramaticais se encontrarem já nos gramáticos antigos e humanistas, especialmente em Linacro (Chevalier 1968: 469 e 625),

los planteamientos lingüísticos del jesuita son tremendamente modernos y que muchos de ellos, como las ideas expuestas sobre las oraciones de relativo, podrían suscribirlos las gramáticas modernas, especialmente la generativista. También el Brocense, coetáneo de Álvares, sostenía las mismas doctrinas al respecto (Nuñez 1999: 248).

Relembra-se que a primeira edição da *Minerva* do Brocense fora publicada em 1562 e, portanto, já tinha dez anos de existência aquando da publicação da gramática alvaresiana, mas não é certo que Manuel Álvares a conhecesse, pois só a edição de 1587 é que teve sucesso editorial e é um marco nos estudos linguísticos e gramaticais.

No entanto, ao contrário do Brocense, Álvares não procura obsessivamente as causas, a *ratio*, dos fenómenos linguísticos, mas em descrever o uso veiculado pelos melhores autores:

Verum ne minimum sis sollicitus de rationibus investigandis, interdum enim pro ratione est voluntas atque usus doctissimorum hominum, quae pluris sunt facienda quam grammaticorum omnium leges (Álvares 1572: 187 r.).

Todavia, a verdadeira importância da gramática alvaresiana reside na sistematização de quase todas as questões linguísticas, com referência inclusivamente das excepções e ocorrências menos frequentes nos autores clássicos, e na importância político-pedagógica que exerceu, sendo oficialmente usada em todo o mundo, em todos os colégios e universidade dos jesuítas, e aproveitada por muitas outras instituições pedagógicas. Trata-se de facto de “uma das melhores (...) gramáticas latinas até hoje escritas em Portugal” (Torres 1998: 100) e a que teve mais edições e reimpressões em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Fortunato de (1968): *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Livro III. Porto-Lisboa: Livraria Civilização-Editora.
- Álvares, Manuel (1572): *De Institutione Grammatica libri tres*. Lisboa: João Barreira.
- Assunção, Carlos (1997): *A Gramática Latina do P.e Manuel Álvares*. Série Ensaio 13. Vila Real: UTAD.

- Assunção, Carlos (1997): A polémica sobre a gramática alvaresiana. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol 1-fasc. 1-2. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga: 103-115.
- Bowen, James (1986): *Historia de la Educación Occidental, tomo segundo, La Civilización de Europa, Siglos VI-XVI*. Barcelona: Editorial Herder.
- Cardoso, Simão (1998): A Gramática Latina no séc. XVI — As «partes orationis» na «Gramática Latina» do P.e Manuel Álvares (1572) e na «Minerva» de Sanctius (1587). In: *Linguística e Didáctica das Línguas, Actas do Fórum Linguística e Didáctica das Línguas*. Vila Real: UTAD: 473-484.
- Chevalier, Jean-Claude (1968): *Histoire de la Syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française, (1530-1750)*. Genève: Librairie Droz.
- Costa, J. Pereira da (1972): Introdução. In: Álvares, Manuel: *Gramática Latina*. Fac-símile da edição de 1572. Funclal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Esparza, Miguel Ángel e Calvo, Vicente (1994): La Grammatica Proverbiandi y la Nova Ratio Nebrissensis. In: *Historiographia Linguistica*, Vol. XXI. Amsterdam: John Benjamins B.V.: 39-64.
- Esparza, Miguel Ángel e Calvo, Vicente (1996): Introducción. In: Nebrija, Élio António de: *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín (c. 1488)*. Münster: Nodus Publikationen, Col. "Materilien zur Geschichte der Sprachwissenschaft und der Semiotik" 7.
- Fernandes, Gonçalo (1996): *Partículas Discursivas e Modais: do Latim ao Português*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Linacer, Thomas (1998): *De emendata structura latini sermonis*. Introducción, edición crítica, traducción y notas por M.ª Luisa Harto Trujillo. Cáceres.
- Núñez, Manuel Mañas (1999): Aproximación a la Sintaxis Latina de Manuel Álvares. In: *Actas do I Congresso Internacional — Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações maiores e Teatro*. Braga: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia de Braga, UCP: 237-249.
- Ramalho, Américo da Costa (1998): *Para a História da Humanismo em Portugal*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Col. Temas Portugueses.
- Roboredo, Amaro de (1619): *Methodo Grammatical para todas as Línguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck,

- Roboredo, Amaro de (1625): *Grammatica Latina mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*. Lisboa: António Alvarez.
- Romeo, Rogelio Ponce de León (2000): *Aproximación a la obra de Manuel Álvares: Edición Crítica de sus De Institutione Grammatica Libri Tres*. Tomo I, Estudio Preliminar, Tesis Doctoral. Madrid: Departamento de Filología Latina da Facultad de Filología da Universidade Complutense, Madrid.
- Romeo, Rogelio Ponce de León (2001): El Álvarez en Vernáculo: Las Exégesis de los De Institutione Grammatica Libri Tres en Portugal durante el Siglo XVII. In: *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Línguas e Literaturas, II Série, Vol. XVIII: 317-338.
- Schäfer, Barbara (1993): Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672). In: *Historiographia Linguistica*, XX. Amsterdam: John Benjamins BV.: 283-308.
- Sommervogel, Carlos (1890-1960): *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, 12 Vol.. Bruxelas: Imprimerie Polleunis et Ceuterick.
- Springhetti, Emilio (1961-62): Storia e fortuna della grammatica di Emmanuele Alvares, S.J.. In: *Humanitas*, XIII-XIV. Coimbra: Faculdade de Letras: 283-304.
- Torres, Amadeu (1998): *Gramática e linguística: Ensaio e Outros Estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos.